Opinião

RUI ROSAS DA SILVA

Justiça humana e justiça divina

Nesta manhã, ao abrir o meu telemóvel, numa das muitas secções que ele permite consultar, fui confrontado com a notícia da condenação de uma importante figura da política brasileira, arguido num processo de corrupção que tem sido muito tratado e esmiuçado nos meios de comunicação social.

Pelos vistos, suscitou de imediato no seio dos seus apoiantes a organização de um protesto a contestar, mais, a condenar a sentença anunciada. A poucos metros desse lugar, de acordo com o que entendi da informação, havia outro ajuntamento de pessoas, satisfeitas com o teor da referida condenação e que assim tentavam sublinhar o seu apoio ao funcionamento da justiça. Não creio que tenha havido confrontos violentos entre as duas facções, tanto mais que, seguindo as informações que se davam, abrangiam, quer uma quer outra, um número reduzido de manifestantes. Entrevistadas, como é de bom-tom, duas partidárias – uma de cada cor – davam as suas razões: num caso, de revolta pela sentença proferida e, noutro, de concordância com a mesma sentença.

O meu primeiro pensamento foi o de que devemos aceitar os ditames que a justiça humana é capaz de concretizar, supondo que há honestidade nos meios e nas pessoas que se encarregam destas tarefas. Além de que, os arguidos ou mesmo os condenados sempre podem meter um recurso, que, por vezes, lhes resulta favorável.

É complexo, no entanto, o mundo da justiça humana. Como se vê pelas reacções deste caso tão paradigmático, há quem proteste contra o que se determina e há quem se rejubile com o determinado. Duas posições antagónicas, que nos fazem supor que isto da justiça que se exerce entre nós, não é infalível, sujeitando-se a erros de apreciação, lapsos de sentença, enfim, ela sofre das mesmas contingências e limitações que todo o ser humano apresenta, não pondo em causa, porém, a hombridade e a imparcialidade do trabalho que se realiza nos tribunais e de quem tem de exercer funções judiciais.

Pensei – e parece-me que tenho razão – que para não haver quaisquer dúvidas sobre as sentenças que se proferem, os juízes deveriam ser perfeitos no conhecimento e na compreensão dos dados que os levam a sentenciar de um ou de outro modo. Também supus que, perante uma determinação judicial publicada, as simpatias, as cores políticas, as impressões de apreço ou de hostilidade, a experiência da vida, etc., são factores muito condicionantes das reacções das pessoas em relação ao acerto da decisão.

Foi então que, tendo em conta o que vai suceder a cada um de nós no final da nossa vida terrena, fiquei em paz e tranquilidade, por recordar que o nosso juiz não tem limitações ou enganos de conhecimento e de compreensão, porque é omnisciente, isto é, absolutamente perfeito e exaustivo na forma de conhecer e compreender o que quer que seja. Nos seus juízos não há possibilidade de erro e, mais ainda, as suas sentenças, por gozarem do dom da omnisciência, são perfeitas não só em si mesmas, mas em relação à pessoa que é julgada. Isto é, perfeitamente justas e adequadas.

A tranquilidade e a paz aumentaram ainda, quando consciencializei que tal juiz – Jesus Cristo – é o nosso melhor amigo, que não descansou enquanto não reconquistou, com a Redenção, para todos os homens de todos os tempos, aquelas duas condições (dons divinos), a graça de Deus e a filiação divina, que nos permitem atingir a finalidade da nossa criação, que é a felicidade eterna, ou, se quisermos, em expressão mais terra a terra, ir para o Céu.

Enfim, e como me senti ainda mais recompensado, quando me veio à memória aquela cena tão elucidativa, em que S. Pedro pergunta ao Senhor se a bitola do perdão das ofensas devia ir, no máximo, até sete vezes. E Cristo respondeu: "Não sete vezes, mas setenta vezes sete"... Que categoria ímpar de juiz o nosso! Sabe tudo na perfeição e perdoa-nos sempre que, com arrependimento, Lhe peçamos desculpa pelas coisas que devíamos ter feito e não fizemos, ou pelas coisas que não devíamos ter feito e fizemos! Jesus sabe inteiramente o que somos e como somos. Por isso, recordando a Escritura, sentenciou, para nos acalmar, que o "justo peca sete vezes por dia".

EDUARDO JORGE MADUREIRA LOPES
osdiasdasemana@gmail.com

OS DIAS DA SEMANA

Férias com Thoreau

Depositário de uma sabedoria que aproveitou – e amplamente partilhou – para, como alguém notava, viver uma existência de simplicidade, de independência, de generosidade e de confiança, Henry David Thoreau nasceu há duzentos anos nos Estados Unidos da América. Sem o que ele escreveu, "teria sido difícil que se difundisse uma consciência do valor da natureza e da necessidade de a salvar da exploração", dizia recentemente o escritor Antonio Muñoz Molina no suplemento cultural do diário *El País* – que muito beneficiaríamos se servisse de modelo a qualquer um dos jornais portugueses de difusão nacional.

O *El País* não foi a única publicação a evocar o bicentenário do nascimento de Henry David Thoreau, assinalado no dia 12 de Julho. Por estes dias, o autor de *Walden ou a vida nos bosques* (um dos escritos que, segundo Muñoz Molina e muitos outros, teve uma importância inestimável no despertar de uma consciência ecológica); *A desobediência civil seguido de Defesa de John Brown; Caminhada; Maçãs silvestres & Cores de Outono e A vida sem princípios*, para referir os títulos editados pela Antígona, foi também lembrado, por exemplo, pela *Philosophie Magazine*. No número de Verão da revista francesa, que chegou há pouco aos quiosques, este influente cidadão, poeta e filósofo surge como figura tutelar do número dedicado ao "*Ideal de simplicidade*". "Os adeptos do decrescimento, do respeito pelo ambiente e de uma concepção contemplativa da vida têm um antepassado comum: o filósofo americano Henry David Thoreau", pode ler-se na revista, que inclui um caderno destacável com um extracto de *Walden ou a vida nos bosques*.

Quem quiser aproveitar as férias para desintoxicar de abundantes narrativas deletérias poderá folhear esta publicação e, sobretudo, muito beneficiará com a leitura das sempre oportunas apologias da simplicidade que Henry David Thoreau faz nos seus escritos, nascidos, por vezes, de palestras. As obras dele são, de facto, como escrevia na quarta-feira no jornal *El País* um dos seus tradutores, "leituras para o presente".

A tirania do produtivismo e do consumismo são alvos constantes do autor. Em *A vida sem princípios*, constata Thoreau que "se um homem passear nos bosques por amor a estes durante metade de cada dia, arrisca-se a que o vejam como um mandrião; mas se passar todo o dia em actividades especulativas, arrasando as florestas para tornar a terra nua antes de tempo, será considerado um cidadão diligente e empreendedor. Como se o único interesse que uma cidade tivesse nos seus bosques fosse cortá-los".

Thoreau também se insurge contra o modo como o dinheiro é divinizado. "Deus não é um cavalheiro endinheirado que distribui um punhado de moedas para ver a humanidade esgatanhar-se por elas", diz ele na obra referida. Nela, fala sobre o trajecto dos incompetentes – "O incompetente oferece a sua incompetência a quem dá mais e está sempre na expectativa de conseguir um emprego. Podemos supor que raramente fica decepcionado" – e sobre o sem-sentido de certas actividades que desonram o humano – "A maioria dos homens sentir-se-ia insultada se lhe fosse proposto como emprego atirar pedras para lá de um muro e depois arremessá-las de novo para cá, apenas para poder ganhar um salário. Mas, hoje em dia, muitos fazem um trabalho que não é mais útil".

A vida sem princípios também inclui interpelações ainda hoje pertinentes. Depois de se dizer surpreendido ao ver "como os homens enchem a cabeça com tanto disparate, permitindo que rumores vãos e incidentes dos mais insignificantes se introduzam num terreno que deveria ser sagrado para o pensamento", Henry David Thoreau questiona sobre se a mente deve ser uma arena pública onde se discutem mexericos ou uma parte do céu. A resposta é óbvia. À entrada do cérebro deveria haver um letreiro, como os que se encontram por aí, às vezes sem utilidade, avisando: "Proibido vazar entulho".